

A Estratégia e as Relações Internacionais*

António Horta Fernandes

Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O presente estudo pretende fazer um primeiro balanço acerca das relações disciplinares tecidas entre as Relações Internacionais e a Estratégia, de modo a pôr em ordem algumas confusões conceptuais. Pretende-se ainda indagar de como a estratégia tem sido acolhida pela Academia portuguesa no âmbito dos cursos de Relações Internacionais.

Abstract

Strategy and International Relations

The present study aims to achieve a first balance about disciplinary relations woven between International Relations and Strategy, in order to settle some conceptual misunderstanding. It also intends to search how strategy has been accepted by the Portuguese Academy in the frame of International Relations Courses.

* Este estudo tem na origem umas quantas reflexões disciplinares para efeito de provas académicas de Agregação, defendidas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Fevereiro de 2008.

O presente estudo pretende fazer um primeiro balanço, que se quer por isso mesmo naturalmente breve, das relações disciplinares tecidas pela Estratégia e as Relações Internacionais e, no mesmo passo, indagar do acolhimento na Academia portuguesa que a Estratégia tem tido por parte dessas mesmas Relações Internacionais.

Está bom de ver, que a conjunção copulativa do título insinua desde logo um pressuposto que cumpre desimplicitar: se é verdade que a Estratégia cabe de corpo inteiro no âmbito disciplinar da ciência das Relações Internacionais, não é menos verdade que parece não se esgotar nela, tanto por força do cerne da disciplina estratégica, como da sua dinâmica e histórico evolver.

Assim, para atingir os objectivos propostos, em primeiro lugar faremos uma sucinta avaliação, de fundo teórico, de como enquadrar a Estratégia na matriz disciplinar das Relações Internacionais e qual a sua relação com outras matérias afins que não se sobrepõem por completo à estratégia, embora façam parte do seu universo, ou com o mesmo tecendo laços muito estreitos e que não poucas vezes são motivo de confusão conceptual. Trata-se de matérias produzidas igualmente no seio das Relações Internacionais e de acordo com o peculiar escopo pragmático que estas mesmas Relações Internacionais têm tomado. Como tal, os equívocos e as incompreensões existem, tanto mais que as Relações Internacionais tendem a extrair da Estratégia apenas as suas aplicações estritamente práticas para compreender a dimensão conflitual da cena internacional, ou a confundi-la com as disciplinas afins, ou tão simplesmente a usar acriticamente um equívoco conglomerado que dá pelo nome de *Segurança e Defesa*.

A pretensão da primeira parte do presente estudo é tão só a de, sumariamente, apontar aporias e estabelecer algumas destrinças básicas.

Na segunda parte, procederemos ao levantamento quantitativo, seguido de glosa, das disciplinas de estratégia ou matérias afins que a universidade portuguesa tem acolhido nos cursos de Relações Internacionais que oferece.

Estamos cientes que, nem de perto nem de longe, a universidade portuguesa esgota o marco das relações disciplinares da Estratégia com as Relações Internacionais. Há muito que diversos institutos públicos e privados, bem como as escolas superiores militares o fazem, cabendo destacar nesse universo o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto de Estudos Superiores Militares, este último herdeiro das tradições do Instituto de Altos Estudos Militares.

Todavia, neste estudo cingir-nos-emos à Universidade, o que, por outro lado, não é nada despidendo. Pelo contrário, trata-se de um índice muito significativo do estado da questão, porquanto à Universidade cabe ou deve caber uma fatia fundamental e insubstituível da investigação científica fundamental e aplicada e da transmissão criativa dos saberes.

1. A Estratégia no Âmbito das Relações Internacionais: um Balanço Teórico

A estratégia é hoje uma área central da reflexão no âmbito das Relações Internacionais, ainda que uma tal relevância nem sempre seja vertida em conteúdos e disciplinas de natureza académica. É evidente que num mundo onde a conflitualidade hostil, o núcleo por excelência da estratégia, não desapareceu nem é expectável que venha a desaparecer num horizonte temporal próximo, os racionais (estratégicos) que os diversos actores internacionais mobilizam para lidar com o conflito são essenciais, independentemente da matriz de análise teórica das relações internacionais ser ou não realista. Isto é, a estratégia, mais ainda que a matriz de racionalização face aos conflitos é verdadeiramente um dado com o qual os actores internacionais, nomeadamente os actores soberanos, na forma de Estado-Nação, têm de contar.

À primeira vista poderia parecer contra-corrente do que hoje se faz falar somente da estratégia no âmbito das Relações Internacionais, sem nada dizer sobre algo que aparentemente integraria a estratégia e a ultrapassaria, no caso os Estudos de Segurança, corrente, aliás, recente, que estuda a cena internacional, nomeadamente as dinâmicas conflituais, mediante objectivos, métodos e abordagens específicos. Na verdade, os Estudos de Segurança são hoje face à Estratégia, e na medida em que os queiramos autonomizar ainda no seio das Relações Internacionais, uma disciplina afim no campo da hostilidade.

Todavia, os Estudos de Segurança, enquanto corrente de abordagem à cena internacional, com métodos e teorias próprias, vão para além do que à Estratégia é permitido ir no âmbito do seu objecto, quando os primeiros reflectem matérias como a segurança ambiental ou humana por si mesmo. Nesses casos, não só o ângulo de análise, mormente os critérios de abordagem, mas o próprio objecto são distintos em ambos os saberes, apesar da pretensão a que muitas vezes os Estudos de Segurança se arrogam erroneamente de que a Estratégia reduz a segurança à segurança militar, provavelmente fruto da matriz teórica da estratégia não estar perfeitamente aclarada no mundo anglo-saxónico. Seja qual for a razão, aquilo que, por vezes, ressalta dos Estudos de Segurança é uma polissemia extremamente equívoca e não totalmente controlada do conceito de *segurança*.¹

1 Para uma visão mais detalhada acerca dos Estudos de Segurança, cfr. António Horta Fernandes, "A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança", *Cadernos do IDN*, nº4, Lisboa, 2007. Há, no entanto, a ressaltar que no âmbito dos Estudos de Segurança a Escola de Copenhaga apresenta uma leitura diferente relativamente à segurança, conceito face ao qual a Escola é céptica. O fundamental não está em alargar ou diminuir a esfera do conceito, nem mudar o sentido da carga semântica, antes na compreensão do como e do porquê de certo assunto (seja ele qual for) ser, por força de um acto ilocucionário, *securitizado*, isto é, referido nos termos de uma ameaça. Claro está que o objectivo final não reside apenas na compreensão do processo

Ultrapassada uma primeira estranheza, poder-se-ia perguntar por que não tratar então da relação entre esse conglomerado conceptual (equivocadamente articulado) e aparentemente disciplinar comumente designado de *Segurança e Defesa*, que incluiria a estratégia, e as Relações Internacionais, já que se trata hoje de uma terminologia canonizada. O verdadeiro problema é que por canonizada, a terminologia não deixa de ser de muito escassa bondade teórica. A expressão *segurança e defesa* não é de todo rigorosa, uma vez que o vocábulo *defesa* peca por defeito, relevando apenas o modo defensivo da estratégia, enquanto o vocábulo *segurança*, por polissémico, pode tornar-se estrategicamente bastante equívoco.² Reconhecemos, no entanto, que a expressão é, certamente, consensual e moeda de troca comum nesta área, mesmo em muitos dos meios especializados, pelo que não nos move naturalmente qualquer cruzada contra a mesma. Mas, obviamente, não pode ser aquela que permite o necessário discernimento conceptual e terminológico para aprofundar e precisar o lugar disciplinar que trata a conflitualidade hostil no âmbito das Relações Internacionais, sem nelas se subsumir, bem entendido.

Muito pelo contrário, como esse conglomerado de matérias, ditas de *segurança e defesa*, percorre primacialmente o universo da conflitualidade hostil, o mesmo é directamente atinente à estratégia. Pelo que, quando a literatura técnica incide nesta área, independentemente das posições teóricas e empíricas observadas, o objecto sobre o qual está a incidir é o da estratégia. Daí expressarmo-nos em termos da terminologia estratégica.

Na realidade, quando a literatura técnica se debruça na área dita de *segurança e defesa*, envolve nos seus racionais o conflito, as dinâmicas de poder entre as

por si mas em fundamentar a *des-securitização*, na medida em que *securitizar* implica medidas de excepção, racionais publicamente não escrutinadas e trazer à imediação da política (nos termos da retórica da ameaça) assuntos que não o são na sua normal processualidade da vida em comunidade, referida à interacção quotidiana entre a sociedade civil e o Estado nas democracias. Em suma, a *securitização* não só não traria mais segurança, pelo contrário, como minaria a confiança nos alicerces das comunidades políticas democráticas. Está bom de ver que esta visão não só parece assumir acriticamente o antigo espectro da estratégia, reduzido à ameaça militar, como esquece que toda a densidade do campo da hostilidade, o mal que mina de raiz toda a antropologia, com expressões quase ontológicas, o problema último do sentido do próprio homem que invoca, de modo algum pode ter uma resolução minimamente credível através de um simples processo de *des-securitização* semântica, olvidando a complexidade e pluralidade das manifestações hostis.

- 2 Para uma visão mais aprofundada do questionamento estratégico tanto do conceito de segurança como do conceito de defesa, cfr. António Paulo Duarte e António Horta Fernandes, "Da Hostilidade à Construção da Paz", *Nação e Defesa*, nº91, Lisboa, Outono 99, pp.95-127. Acerca do conceito de defesa no âmbito da estratégia em particular, vejam-se as seminais mas decisivas palavras de Lucien Poirier, que levantam pela primeira vez o problema em toda a sua amplitude, em *Stratégie Théorique II*, Paris, Economica, 1987, pp.168 e ss.

potências no espaço e no tempo, em suma, o grande xadrez estratégico, ou melhor geoestratégico, e também as relações de poder que não sendo propriamente estratégicas podem relacionar-se com a estratégia. Não poucas vezes, acaba por amalgamar tudo isto num outro conceito ainda mais inconclusivo, o de *segurança internacional*.

Ora, isto acontece, não apenas por questões de moda intelectual, de valorização modal de uma determinada terminologia, mas também porque o vocábulo *estratégia* terá caído um pouco em desgraça, tido (acriticamente) como ideologicamente servo de uma política que usa ostensivamente a guerra e o militar, quando se pretende assegurar, desde logo terminologicamente, que tal não acontece, daí ser preferível falar em *segurança* e em *defesa* (uma verdadeira mitologia branca ou branqueadora). Por outro lado, todas estas matérias, que têm o seu cerne na estratégia, como já se disse, ou não se esgotam nela, ou não a esgotam, desenvolvendo um conjunto de disciplinas afins, que ora transbordam a estratégia, caso da geopolítica (disciplina independente), ora representam apenas um enfoque muito específico do espectro estratégico, tal é o caso da geoestratégia (que é verdadeiramente uma disciplina auxiliar integrada por inteiro no espaço disciplinar da Estratégia). Muito dessa literatura pressente realmente estas diferenças, mas face ao seu substrato ideológico e às confusões entretanto criadas acaba por não discernir claramente quem é quem, por assim dizer. O que não é de somenos importância, porquanto se trata de matérias que, por definição, quando aplicadas, e foram pensadas para isso mesmo, jogam com a vida dos homens.

Estamos em crer que muitos dos equívocos que subjazem às dificuldades de inserção da Estratégia nas Relações Internacionais, ou, como veremos, das objecções que se podem colocar a essa mesma inserção, mediante uma relação certamente peculiar, terão a ver, suspeitamos, com um uso pouco rigoroso que se faz nas Relações Internacionais da terminologia de segurança e defesa, aceitando algo acriticamente a própria noção de *segurança e defesa*. O que é mais, muita dessa falta de rigor advém de uma leitura e de um uso eminentemente pragmático, quando não meramente instrumental das matérias que a expressão alberga, o mesmo é dizer: resume a estratégia, incluindo ao nível analítico da investigação, ao saber do estratega, quando a estratégia, para ser o saber do estratega e enquanto saber motivo de investigação, tem o seu fulcro na conjunção da teoria geral da estratégia, com o pensamento estratégico e a história da estratégia. É exactamente esse fulcro, campo do estrategista, que privilegiamos neste estudo, não para reduzir a estratégia ao estrategista, que a estratégia é de cabo a rabo uma disciplina eminentemente praxista, mas para lhe dar a visibilidade que merece e sem a qual a compreensão do fenómeno estratégico, do seu campo ôntico, da sua epistemologia e espaço dis-

ciplinar e o que é mais importante, da sua aplicação, correm sérios riscos de ser tergiversadas; com as consequências, aos diferentes níveis que se depreenderão, dos quais acentuamos naturalmente as consequências práticas para a vida dos homens e das comunidades políticas.

Cremos que debeladas as objecções que se colocariam à insistência em centralizar a argumentação na relação entre a Estratégia e as Relações Internacionais e não noutros espaços conceptuais que teriam ultrapassado ou substituído a estratégia no seu próprio campo, urge esmiuçar esse mesmo relacionamento.

O problema do fenómeno estratégico, do ponto de vista hermenêutico, surge no âmbito académico quando nos interrogamos sobre como havemos de interpretar o referido fenómeno. Na verdade, coloca-se desde logo a questão acerca do ângulo de abordagem da Estratégia no seio das Relações Internacionais, tendo em conta o nível marcadamente pragmático que sempre deteve esta área do saber (as Relações Internacionais), mesmo na Universidade, ao que acresce um pendor igualmente pragmático, por força de ter sido no mundo anglo-saxónico que as Relações Internacionais se desenvolveram e onde mais arreigaram, enquanto esfera teórico-prática de apoio próximo à decisão política. Nesse sentido, proliferam, e bem, análises marcadamente aplicadas, ligadas à geoestratégia, à geopolítica, à estratégia das potências, ao planeamento estratégico, entre outras, que são o campo de acção do estratega, do prático, digamos assim, para aplicar um vocábulo aceite como senso comum.

Porém, nem sempre se atende suficientemente, e referimo-nos obviamente ao nível académico, aos fundamentos da disciplina estratégica, tanto do ponto de vista ontológico como epistemológico, independentemente da abordagem onto-epistemológica ser eminentemente praxista e historicizada, como é a nossa. Essa menor atenção coloca inúmeros problemas para um perfeito enquadramento da Estratégia, para a identificação daquilo que pode ser o seu campo operativo, e mesmo para aquilo que são as aplicações estratégicas. Sem um esforço analítico e hermenêutico acerca do “ser” da Estratégia, neste caso por parte do estrategista, qualquer incompreensão enviesada do fenómeno pode efectivamente ter repercussões práticas muito sérias. Como a Estratégia é um saber eminentemente praxista, uma incompreensão acerca do seu campo, seja por motivos ideológicos, seja por pias e rectas intenções de superação da conflitualidade hostil, seja mesmo pelo desconhecimento do seu objecto, pode levar, no limite, de modo nenhum remoto, à perda de vidas humanas e ao fracasso de determinadas acções na cena internacional. Por exemplo, não é despciendo considerar, fossem quais fossem as razões de fundo, que um insuficiente enquadramento do que é a estratégia, de quais são as suas relações com a guerra, de como se relaciona com a paz, levou a que muitas das operações de apoio

à paz no pós-guerra fria não tivessem alcançado os seus objectivos, e que muitos “capacetes azuis” tenham morrido.³

Assim, sem esquecer o espaço do estratega, pelo contrário, para o tornar mais remunerador, a Estratégia deve cada vez mais ir ao encontro do múnus do estrategista. Com ela e a montante da análise estratégica aplicada, estamos no campo dos fundamentos da estratégia, na sua vertente fundacional onto-epistemológica. Perguntamo-nos pela sua natureza, caso tenha alguma. Claro está, que a problemática dos fundamentos traz à colação o evoluer da disciplina, pois é necessário perguntar se a estratégia é um fenómeno se não trans-histórico, quase como uma disposição humana para regular o conflito, pelo menos que acompanhe todas as épocas históricas, ou, em alternativa, perfeitamente datado historicamente, que é a nossa opção. Por outro lado, é preciso, sem perder o norte histórico, questionar as relações que a estratégia tece com a guerra, com a política, com a conflitualidade em geral, ou com fenómenos como o terrorismo, para melhor precisarmos o seu objecto, tomando novamente em atenção que historicamente nem sempre se pensou o mesmo destas relações da estratégia com o seu meio envolvente. Durante dois séculos, estratégia foi praticamente estratégia militar, conduta operacional da guerra, mesmo em Clausewitz, onde, todavia, já se podem apontar outras virtualidades para o pensamento estratégico.⁴ Na área alargada das Relações Internacionais, urge ainda considerar o que aproxima ou separa a Estratégia dos novos espaços disciplinares, sejam os Estudos para a Paz ou os Estudos de Segurança. Tudo questões que, pelo seu desenvolvimento não poderemos aqui tratar, mas que se afiguram decisivas para discernir claramente o objecto e os sujeitos da estratégia, qual o lugar que ocupa no âmbito dos saberes e, mais importante, voltamos a repisar, como pode ser um instrumento político ou uma racionalidade social autónoma que melhor sirva as comunidades políticas.

3 Com o Relatório Brahimi, tomou-se consciência que as forças de apoio à paz embora tendencialmente pudessem ser isentas, de modo algum poderiam, dadas determinadas circunstâncias, ser neutrais. Nós diríamos que nunca o poderão ser, uma vez que são parte integrante de um universo estratégico, e como tal, sejam quais forem os seus objectivos, são actores estratégicos, portadores de hostilidade real ou potencial. Cfr. *Report of the Panel on United Nations Peacekeeping Operations (A/55 – S/2000/809)*. Este relatório é o resultado de um painel convocado no ano 2000 por Kofi Annan para fazer um balanço e aprofundar a temática das operações de apoio à paz patrocinadas pela ONU. O Relatório leva o nome do diplomata argelino Lakhdar Brahimi, que encabeçou o referido Painel.

4 Viriato Soromenho-Marques encontra em Clausewitz, nomeadamente na subordinação que o estrategista prussiano defende da guerra à política, a marca de que a estratégia, como filha da era do Iluminismo, era já nesses seus começos uma disciplina que visava a racionalização política da violência, não se confundindo com esta, e desde logo não redutível ao âmbito militar. Cfr. Viriato Soromenho-Marques, “Duas Questões sobre Estratégia. A propósito do debate entre António Horta Fernandes e Francisco Abreu” in Francisco Abreu e António Horta Fernandes, *Pensar a Estratégia. Do político-militar ao empresarial*, Lisboa, Sílabo, 2004, pp.150-154.

Chegados a este ponto, poder-se-ia eventualmente começar a objectar da pertinência da inserção da Estratégia, de acordo com a visibilidade que aqui se dá ao estrategista, no seio das Relações Internacionais. Não cremos que esta possa ser uma objecção de vulto. Desde logo, a ciência das Relações Internacionais tem a sua própria teorização, ainda que nem sempre seja uma vertente atendida com o cuidado que merece. O certo é que também ela, tal como as restantes ciências sociais, tem naturalmente o seu espaço de investimento ao nível da investigação fundamental. Por outro lado, a Estratégia tem como objecto a conflitualidade hostil personificada e majorada por actores políticos internacionais, ainda que saibamos que no presente a diferenciação externo/interno relativamente às várias racionalidades sociais estratégicas tornou-se mais indefinida (o que não quer dizer indefinível), uma vez que as extremas de demarcação são elas cada vez mais porosas, ao ponto de podermos falar hoje de racionalidades sociais estratégicas abertas para caracterizar uma tal porosidade.⁵ Seja como for, o certo é que o objecto e os sujeitos da estratégia caem em cheio no âmbito das Relações Internacionais e logo numa sua dimensão, infelizmente omnipresente, a da hostilidade entre as comunidades políticas.

Uma outra forma de objecção, que aqui descartamos por serôdia, seria considerar a estratégia estritamente dependente das ciências militares. Infelizmente, essa hipótese pode continuar a parecer tentadora porque numa grande parte da tradição anglo-saxónica, maioritária no que toca à literatura de Relações Internacionais, se toma ainda como boa, se não a conceptualização, pelo menos a terminologia de Liddell Hart. Este autor distingue a estratégia pura, que é, no fundo, a estratégia militar, da grande estratégia, que diz respeito à política em acto face ao conflito hostil.⁶ Política de defesa (acentuando o vector militar) e estratégia integral apare-

5 Definimos *racionalidade social estratégica* como uma socialidade que gera fins próprios em face do conflito (no sentido forte de hostilidade e animosidade), escorada numa unidade fundada num reconhecimento ideológico de base, o qual não garante mais do que um equilíbrio instável, por força da dialéctica de convergência/divergência de interesses dos diferentes membros dessa socialidade. Quanto mais recuarmos no tempo, mais unitária se apresenta uma dada racionalidade social estratégica. Pelo contrário, quanto mais nos aproximamos do nosso tempo mais essa unidade é minimal e muito aberta. Para um maior desenvolvimento deste conceito, cfr. António Paulo Duarte e António Horta Fernandes, "Da Hostilidade à Construção da Paz. Para uma revisão crítica de alguns conceitos estratégicos", *Nação e Defesa*, Lisboa, nº91, Outono 99, pp.101-103.

6 Cfr. Basil Liddell Hart, *Strategy*, New York, Meridian-Penguin, 1991. O original da obra, tal como hoje aparece editada e intitulada, data de 1954. É aí que o estrategista inglês revê e acrescenta uma primeira versão da obra, datada de 1929, então intitulada, *The Decisive Wars of History*, na qual a estratégia é apresentada como estratégia militar. Em 1954, o seu pensamento evolui, em particular, com o advento do nuclear, adicionando uma quarta parte à obra, na qual passa a considerar além da estratégia militar, agora denominada *estratégia pura*, uma *grande estratégia* enquanto política de defesa em acto. É igualmente por essa altura que Liddell Hart começa a interpretar o estilo estratégico indirecto como aquele que se socorre predominantemente das restantes estratégias, que não a

cem assim amalgamadas e se bem que os académicos anglo-saxónicos contemporâneos saibam perfeitamente que a estratégia integra hoje outras dimensões que não exclusivamente a militar,⁷ quando se referem à estratégia *per se*, fruto ainda de um enquistamento das teorias realistas e dos racionais herdados de Liddell Hart, pensam sobretudo no aparelho militar, ou se quisermos, no *hard power*, o que tende a encostar a estratégia ao militar.⁸ Ora, como nem sempre para os próprios é claro (mesmo quando estão conscientes que estratégia e estratégia militar não se sobrepõem) se, em última análise, a estratégia não remete para o militar e a grande estratégia para uma política de defesa escorada ultimamente no vector militar, a ambiguidade permanece e torna-se máxima para um leitor continental. Leitor esse, que se for inadvertido, pode tomar a oscilação por incapacidade de discernimento, nomeadamente se for avesso ao essencial da mensagem veiculada pela maioria dessa literatura, ou pelo menos, pela mais canónica, o que é objectivamente um enorme erro de exegese. Se, pelo contrário, o leitor for um cultor avisado dessa mesma literatura anglo-saxónica, mas for menos sensível às questões estratégicas, pode ficar com a impressão, igualmente errónea, de que estratégia e estratégia militar acabam sempre por se identificar algures, uma vez que, no fundo, a referida literatura acaba por sobrepor demasiado guerra e estratégia, através do vector militar operacional. Lido este último, por sua vez, e em grande medida, pelas suas pautas de emprego na guerra quente.

Nenhuma dessas posições nos parece correcta, uma vez que a estratégia ultrapassou em muito a dimensão militar, ao ponto de uma perspectiva abrangente estar hoje de tal forma presente, que os próprios documentos oficiais dos Estados, incluindo os anglo-saxónicos, quando vertem estas matérias em letra de lei o fazem tendo em atenção o vasto leque de áreas diversas em que a estratégia incide. Não é por acaso que, sem sair do espaço nacional, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) plasma essa mesma realidade para a grande manobra estratégica do Estado

militar, ao nível da grande estratégia, superando assim a sua anterior concepção, segundo a qual a estratégia indirecta não era mais do que estratégia militar operacional de aproximação indirecta. De salientar ainda, que numa nova edição, em 1967, Liddell Hart acrescenta à obra um capítulo sobre guerra de guerrilha.

7 É o caso de Edward Luttwak. Cfr. do autor, *Le Paradoxe de la Stratégie*, Paris, Odile Jacob, 1986. Curiosamente, o título da tradução francesa da obra, faz maior justiça ao cerne da mesma do que o original em inglês, intitulado: *Strategy: The logic of war and peace*.

8 A título de exemplo, Ken Booth, um dos mais renomeados académicos de Relações Internacionais, diz coisas verdadeiramente espantosas, por serôdias, no que diz respeito à natureza da estratégia, na sua obra *Key Guide to Information Sources in Strategic Studies*, London, Mansell, 1994. Na senda, expressa, mas acritica de Liddell Hart, e no contexto do que diz ser uma visão aberta e não ortodoxa sobre a matéria, Ken Booth define os Estudos Estratégicos da seguinte forma: "Strategic Studies is concerned with understanding and explaining the military dimension of International Relations" (p.21 da obra referida). Seria quase caso para dizer: *no further questions!*

português, o mesmo é dizer, para a sua estratégia integral.⁹ Cremos que ao nível teórico é actualmente impossível escapar a esse estado da arte, que ressalta sobretudo da literatura continental, aquela que mais maneja para efeitos teóricos e didácticos, não porque nos mova qualquer homizão contra o mundo anglo-saxónico, na suposição de que estas divisões continuam a ser cabalmente pertinentes, que o não são, mas porque a teoria da estratégia tem sido mais e melhor cultivada no dito mundo continental.

Uma outra objecção possível, por razões próximas da anterior, é a de que a estratégia se moveria acima de tudo no campo da guerra e, por conseguinte, seria da área da polemologia, se é que a guerra cabe toda dentro dessa área, o que nos levaria novamente a interrogar sobre o seu espaço epistemológico, já que Polemologia e Relações Internacionais não se sobrepõem. Se bem que a estratégia tenha fortes relações com a guerra e com a polemologia, de modo algum a estratégia é hoje apenas encarada como conduta de guerra, ela extravasa a guerra em acto, prepara-a e ultrapassa-a na senda política da paz possível. Além do mais, nem todas as manifestações e manobras estratégicas caem no campo da guerra, se bem que sejam ainda manifestações de hostilidade. A guerra é também sempre guerra em acto, mesmo que através das suas formas mais insidiosas. Já a estratégia trata todas as formas de hostilidade possível, directas ou indirectas, reais ou potenciais, pelo que algumas manifestações de “guerra em potência” não sendo verdadeiramente guerra, são estratégicas. Por outro lado, existe um conjunto de manifestações de hostilidade real, como sejam as manobras sobre aliados, que são actos de constrangimento hostil, mas não são formas de guerra.¹⁰ Por fim, e este é o nosso ponto, o valor

9 Poder-se-ia objectar que o Conceito aprovado em 2004 reforça novamente o vector militar em detrimento das outras estratégias gerais. Não estamos de acordo, pois aquilo que o Conceito parece consagrar é a revalorização das Forças Armadas como braço de apoio da política externa do Estado, em missões que evoluíram para além das clássicas operações de guerra, ao mesmo tempo que se reconhece, de forma prática, que as outras estratégias gerais ainda não atingiram o patamar arquitectural da estratégia militar. Pelo que, se todas as estratégias gerais são igualmente importantes, mas a estratégia militar continua a ser aquela que melhor estruturada está, ainda para mais quando se alcandora a novos píncaros, é natural que acabe por sobressair. No fundo, o Conceito, a par de outros no âmbito NATO, reajusta-se com maior fidelidade à realidade, não só prática, como também teórica. Isto é, se bem que o alcance teórico das diversas estratégias esteja perfeitamente estabelecido e seja pacífico, ainda não houve arte, engenho, vontade ou fortuna de concretizar esse empenho teórico. Assim, depois de alguns anos de elevadas expectativas não concretizadas, os diferentes conceitos estratégicos nacionais foram-se ajustando à conjuntura; foram dizendo, ainda que não expressamente, que contavam com todas as estratégias gerais de forma integrada, mas como a sua ossatura não estava ainda sedimentada, não poderiam apresentar como tal o que ainda não era realidade. Como o militar ressurgia, num novo sentido, aliás, muito próximo da estratégia diplomática, era e é fácil, se menos atentos, voltar a querer confundir a estratégia com a sua vertente exclusivamente militar.

10 Acerca da necessária delimitação das fenomenologias da guerra e da estratégia, cfr. João Vieira Borges e António Horta Fernandes, “Enquadramento Conceptual” in José Freire Nogueira, Coord., *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, Cosmos-IDN, 2005, pp.55-61.

de utilidade marginal de toda a guerra é aquela modalidade do espectro bélico que se designa por *guerra quente*, enquanto o da estratégia é a paz. Outros autores ainda há, para os quais a estratégia se pode alargar a todo o campo agónico, que não só o da hostilidade.¹¹ Em suma, estratégia e guerra de modo algum se sobrepõem.

Finalmente, poderia ainda ser formulada uma objecção que teria a ver com a cada vez mais estreita relação entre a estratégia e a política, considerando, por agora, que a política continua a ser o único enquadramento superior da estratégia. Poder-se-ia pensar que, nesse caso, a estratégia se inclinaria cada vez mais para a Ciência Política. Ora, se é verdade que estratégia e Ciência Política tecem óbvias relações, tal como as Relações Internacionais também o tecem com a Ciência Política, não é menos verdade que, apesar das cada vez maiores imbricações entre o externo e o interno, ainda não se chegou propriamente a uma indefinição entre esses patamares, exercendo-se a estratégia nuclearmente face ao Outro. É certo que se poderia sempre dizer que há estratégia porque existem entidades soberanas a que lhes foi conferido o poder de excepção, da mesma forma que há relações internacionais desde a modernidade por isso mesmo (a estratégia é também um saber moderno), de modo que tudo seria Ciência Política. Acreditamos, no entanto, que isso seria entrar numa regressão ao infinito, para promover não se sabe que primazia, pelo que não poderemos subscrever esse caminho.

Existe, contudo, não já uma objecção, mas uma resistência possível (além de uma precisão a fazer) à fluidez da inserção da Estratégia no âmbito alargado das Relações Internacionais, mas essa não podemos nem queremos debelar. À precisão é mais fácil de responder. Por força de ter origem no campo militar, e posteriormente, quando se autonomizou, a estratégia ter sido teoricamente pensada em meios continentais, diferentemente do que aconteceu com a teoria das relações internacionais, acabaram as duas formas teóricas por seguirem percursos distintos na área do saber das Relações Internacionais, pelo que de modo algum a estratégia configura uma mera parte incluída na teoria das relações internacionais, nem sequer se tomarmos somente em consideração a vertente realista desta. Aliás, o apartamento da teoria da estratégia do exclusivamente militar, tendência claríssima nas escolas estratégicas

11 Parece ser este o teor das últimas reflexões que Abel Cabral Couto tem produzido. O estrategista português define agora a estratégia como “a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”. Cfr. Abel Cabral Couto, “Pós-facio” in Francisco Abreu e António Horta Fernandes, *Op. cit.*, p.215. No passado, Abel Cabral Couto limitava a estratégia ao campo da hostilidade, reserva que ainda defendemos e reforçamos, como se pode observar na parte que nos cabe da obra antes citada.

francesa e portuguesa, parece muitas vezes ir ao arrepio dessas teorias realistas das relações internacionais.

Outra coisa é falarmos, e sempre o fizemos com o devido cuidado, da estratégia (incluindo a teoria geral da estratégia, o pensamento estratégico, a história da estratégia) no seio da área científica das Relações Internacionais, mas sem nunca dizermos que a estratégia está inclusa sem mais nessa área, ou simplesmente, que é uma mera fatia dessa área. Na realidade, na medida em que acompanha de perto a guerra e mesmo que ultimamente a queira vencer enquanto ética do conflito (é essa a nossa proposta teórica), a estratégia é um pouco como essa realidade ultimamente incomensurável a qualquer saber outro que dá pelo nome de guerra. Tal como a guerra, esse camaleão clausewitziano, a estratégia parece alimentar-se muito do seu próprio campo, a hostilidade. Provavelmente menos do que a guerra, mas igualmente muito solta, a estratégia e os Estudos Estratégicos parecem ter uma área *proprissime*, que cruza muitos saberes, mais uns do que outros, para atingir o humano no seu próprio cerne, seja este qual for. Daí que possamos pensar a Estratégia configurando-a num cadinho de muitas influências, sem de modo algum poder ou querer escapar às Relações Internacionais. Ou dito de outra forma, a área do saber internacionalista na medida em que alberga ou acolhe a Estratégia, e por via desta, é suportada ora avaliada por muitas valências, em particular a histórica e a filosófica e, no nosso caso, também a teológica.

Seja como for, e aceitando desde logo que as investigações que temos levado a cabo (por nota) no âmbito estratégico a autonomizam muito mais enquanto saber *proprissime*, sem, contudo, apartar por e simplesmente a Estratégia das Relações Internacionais, não podemos deixar de relevar que a provável soltura teórica da Estratégia não minimiza a oportunidade da disciplina no âmbito das Relações Internacionais, pelo contrário, mediante o seu carácter algo díscolo, alarga o espaço de meditação dessas mesmas Relações Internacionais, e dessa forma, no que diz respeito à sua função de apoio à decisão, acresce-lhe o potencial de discernimento.

2. A Estratégia no Contexto dos Currículos Universitários

A Estratégia tem vindo a firmar créditos no ensino superior português. Na realidade, a criação de licenciaturas e mestrados em Relações Internacionais tem levado a que a disciplina, ou disciplinas afins tenham necessariamente proliferado como parte dos planos curriculares dos cursos oferecidos. A conflitualidade hostil é um facto indesmentível na cena internacional, e o seu tratamento académico passa pela Estratégia, ou por disciplinas afins à mesma.

As disciplinas sobre estratégia ou afins oferecidas no ano lectivo de 2007-2008 pela universidade portuguesa são as seguintes, a saber:

UNIVERSIDADE DO MINHO

ESCOLA DE ECONOMIA E GESTÃO – Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública.

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 2º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – *Sistema Internacional e Geopolítica no pós-11 de Setembro; Segurança Global; Arquitectura de Segurança*, disciplinas do 1º ano; *Segurança e Defesa Europeia*, disciplina optativa de Estudos de Área.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE ECONOMIA

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia I e II*, disciplinas do 3º ano, do 1º e 2º semestres respectivamente; *Dinâmica da Paz e dos Conflitos I e II*, disciplinas do 3º ano, do 1º e 2º semestres respectivamente.

Mestrado em Relações Internacionais – Especialização em Estudos da Paz e da Segurança – *Estudos da Paz e da Segurança; Conflitos e Processos de Paz*, disciplinas do 1º ano.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – Departamento de Estudos Políticos.

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais – *Estudos de Segurança*, disciplina do 2º ano.

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (área de especialização de Relações Internacionais) – *Pensamento Estratégico*, seminário do 2º semestre.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Licenciatura em Relações Internacionais – *Estratégia; Geopolítica*, disciplinas do 3º ano.

Licenciatura em Ciência Política – *Geopolítica*, disciplina do 2º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – Especialização em Segurança e Informações – *Informações de Segurança; Informações Estratégicas*, disciplinas do 2º ano.

Mestrado em Estratégia – O plano curricular do Mestrado tem as seguintes disciplinas: *Teoria da Estratégia; Planeamento Estratégico; Geopolítica; Estudos da Guerra; Estratégia da Subversão; Liderança Estratégica; Estratégia Empresarial; Estratégia Nacional; Política Externa das Grandes Potências; Organizações Internacionais*

Especializadas; Informações Estratégicas; Novas Ameaças, disciplinas do 1º ano; *Gestão de Crises; Técnicas de Tomada de Decisão; Avaliação do Potencial Estratégico*, disciplinas do 2º ano.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina optativa.

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: *Segurança e Defesa – Estudos de Segurança Internacional; Polemologia; Teoria da Resolução dos Conflitos; Política da Segurança e Defesa Europeia; Política da Segurança e Defesa Nacional; Tecnologia de Defesa e Segurança Internacional; Conflitos Internos*, disciplinas optativas.

UNIVERSIDADE ATLÂNTICA

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais – *Estudos da Paz e do Conflito*, disciplina do 2º ano; *Liderança e Pensamento Estratégico; Sociologia da Violência e do Terrorismo*, disciplinas do 3º ano.

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Departamento de Relações Internacionais.

Licenciatura em Relações Internacionais – *Defesa e Segurança Internacional*, disciplina do 2º ano; *Estratégia das Grandes Potências; Conflitos e Regiões Instáveis; Geopolítica Mundial*, disciplinas do 3º ano.

Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. – Do plano curricular constam as seguintes cadeiras e seminários de raiz estratégica ou afim:

- a) Cadeiras – *Guerra e Paz nas Relações Internacionais; Economia, Recursos e Conflitualidade Internacional; A “Guerra Justa”: do Direito das Gentes ao Direito Internacional Contemporâneo; A Evolução do Pensamento Estratégico; Geoestratégia das Grandes Potências e Regiões Instáveis.*
- b) Seminários sobre Questões Militares – *Poder Político e Uso da Violência; O Conceito de Segurança e a sua Evolução; As Novas Formas de Guerra, o Terrorismo e a Violência sem Fronteiras; As Ameaças Não Militares à Segurança; Tendências dos Conflitos Contemporâneos; A “Revolução nas Questões Militares”; Novas Tecnologias e Inovações Estratégicas; Indústria de Armamento e Comércio de Armas; Meios Militares e Eficácia Política nos Conflitos dos Últimos 25 Anos.*
- c) Seminários sobre a Promoção da Paz – *Sistemas de Segurança Colectiva: as Nações Unidas e a Agenda para a Paz; Sistemas Regionais de Segurança; Prevenção*

de Conflitos e Gestão de Conflitos; As Operações de Paz – História e Novas Tendências.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – Departamento de Ciência Política e do Comportamento.

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – *Geoestratégia e Segurança*, disciplina do 1º semestre.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 2º ano; *Política de Segurança e Defesa*, disciplina do 3º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – *Estratégia e Segurança Internacional*, disciplina do 1º ano.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 2º ano; *Política de Segurança e Defesa*, disciplina do 3º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – *Estratégia e Segurança Internacional*, disciplina do 1º ano.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais – *Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais I; Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais II*, disciplinas do 3º ano.

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE – INFANTE D. HENRIQUE

Departamento de Direito.

Mestrado em Relações Internacionais – *Teoria dos Conflitos*, disciplina optativa.

O elenco de disciplinas que acima se discriminam, relativo a diferentes cursos de Relações Internacionais, em diferentes universidades portuguesas, merece-nos, contudo, umas quantas considerações, que devem ser entendidas, não como comentário a esses mesmos cursos, mas como reflexão sobre a inserção da estratégia no tecido universitário.

Não existe qualquer dúvida, quer a nível de licenciatura, quer a nível de mestrado, neste caso, com mestrados directamente vocacionados para o tema, que a

área comumente designada por *segurança e defesa* está amplamente representada na Universidade, no seio das Relações Internacionais, tendendo mesmo a oferta de disciplinas subido ligeiramente em relação ao ano anterior (vide o quadro em anexo, relativo ao ano lectivo 2006-2007). Já a estratégia aparece menos representada, e quando o está é através de disciplinas, que sem esquecer a sua matriz teórica, estão voltadas preferencialmente ao plano do estratégia, da acção estratégica. Como tivemos oportunidade de comprovar, as disciplinas referenciadas com a designação de *geoestratégia* têm uma componente teórica evidente, mas estão acima de tudo focalizadas na análise do potencial estratégico ou da acção estratégica, tendo em conta as condicionantes geo-históricas. Não se pense, contudo, que esta é apenas uma realidade portuguesa, porque mesmo em França, principal fonte da teoria da estratégia na contemporaneidade, o mesmo se passa, como tivemos ocasião de observar relativamente aos cursos oferecidos nas *Science Po*. Estamos em crer que as razões são várias, tendo sido por nós já agrupadas na primeira parte deste estudo, pelo que nos abtemos de as invocar novamente.

Todavia, gostaríamos de salientar o caso único do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, que oferece um mestrado inteiramente dedicado à Estratégia, que nós próprios tivemos possibilidade de frequentar e completar. Este Mestrado, sem denegar a inserção do saber estratégico nas Relações Internacionais, reconhece, no entanto, a especificidade da Estratégia, o seu saber *proprissime*, cruzando interdisciplinarmente diversas ciências, o que lhe permite não ser apenas uma qualquer fatia de um bom manual de Relações Internacionais, ou uma parte da teoria das mesmas, se pensarmos no saber do estrategista, na teoria da estratégia. Quiçá seja esse lugar de fronteira que a estratégia muitas vezes ocupa, alimentando-se quase por inteiro do seu objecto, a conflitualidade hostil, que trata na confluência de diversos saberes, a razão pela qual não é fácil a inserção de disciplinas de natureza estratégica nos cursos de Relações Internacionais. A conflitualidade hostil face ao outro diz-nos e bem que o objecto da estratégia a coloca em cheio no âmbito das Relações Internacionais, e, no entanto, a própria natureza do objecto parece fazer com que a estratégia estilhace fronteiras. Percebe-se que não são simples nem unívocas as opções epistemológicas a tomar aquando da inclusão da Estratégia (enquanto disciplina) no seio das Relações Internacionais.

Em jeito de conclusão, cabe assinalar que o acolhimento e aprofundamento da Estratégia no seio das Relações Internacionais está longe do ideal, como se pôde verificar, havendo ainda muito trabalho por fazer. Acreditamos que tal facto se deve a razões de vária ordem, das quais sintetizaremos agora as que nos parecem mais significativas.

Por um lado, como se pôde depreender da primeira parte deste estudo, nem sempre é fácil delimitar o campo da Estratégia no seio das Relações Internacionais, tanto mais que, pela sua própria dinâmica, a Estratégia tende a transbordá-lo mas também a enriquecê-lo.

Depois há que levar em conta o papel de algumas modas científicas e o uso acrítico que as mesmas podem fazer de terminologias e de matérias afins à estratégia, com esta confundidas, se não mesmo pretendendo a ela se substituírem.

Em terceiro lugar, há que referir o próprio pendor pragmático das Relações Internacionais, que tende a desvalorizar os aspectos de fundamentação última, quando não de historicização, olvidando assim o núcleo da estratégia, com repercussões óbvias na tarefa de precisar todos os patamares do edifício estratégico, que se vê, dessa forma, muito dificultada e na eventual utilização errónea dos instrumentos da estratégia.

Por fim, mas não menos importante, e em termos gerais, a estratégia tem padecido de uma leitura enviesada por parte das principais escolas teóricas das Relações Internacionais. Para a perspectiva realista, aquela esmagadoramente maioritária até há alguns anos, a estratégia não era mais do que uma parte (fundamental é certo) de efectivação do poder, em particular, do poder militar. Pelo que, a disciplina estratégica ou era uma temática estritamente prática, ou a teoria dessa prática não era mais do que uma fatia da teorização sobre as relações de poder. Já as escolas pós-positivistas, em confrontação com o realismo, herdaram, no entanto, acriticamente deste, e no essencial, a sua visão da estratégia. Julgaram-na ora como um instrumento político de natureza prática arcaizante, ou mesmo reaccionário, ou então viram simplesmente na estratégia uma parte, especialmente militarizada e virulenta, da teoria do poder que se repudiava; em todo o caso, uma matéria serôdia e a descartar.

Para evitar todos estes equívocos, urge acolher e aprofundar a estratégia no marco disciplinar das Relações Internacionais, privilegiando, ou pelo menos dando visibilidade maior àquilo que corresponde ao cerne da estratégia, compreendendo-a cabalmente e, desse modo, permitindo fazer um uso criterioso dos seus instrumentos. Afinal, a Estratégia é uma disciplina praxista de cabo a rabo, apenas temos de saber com o que lidamos; e aquilo com que lidamos é um campo praxista, uma ontologia regional própria, se assim quisermos, dotada do seu próprio campo teórico e disciplinar em geral, que pode ser enquadrado no marco das Relações Internacionais, mas não se subsumindo simplesmente nelas, muito menos como uma fatias teórico-práticas, ou uma das suas correntes de análise.

Em propriedade, a Estratégia não está inclusa no seio das Relações Internacionais do mesmo modo que uma árvore está incluída no conjunto ou extensão

das árvores e também lhe pertence por inteiro. A Estratégia reside antes no seio das Relações Internacionais, é acolhida por estas, e só nesse sentido as integra. Porém, não faz parte integrante delas, sem qualquer autonomia, ou tangencialidade própria a um saber de fronteira que, por outro lado, tem uma acta de nascimento anterior à ciência das Relações Internacionais, teve um evoluer específico e autónomo durante mais de século e meio e criou um corpo social e reflexivo único (uma ontologia regional), no qual as suas problemáticas e o modo de as tratar superavam em muito a leitura redutora que dele faziam ou ainda fazem grande parte das correntes dessas mesmas Relações Internacionais (aumentando, por conseguinte, essa autonomia).

Daí que, para compreender o alcance da Estratégia voltemos a insistir que não há estratégia sem plena delimitação do seu “ser”, nem sem pleno escoramento do seu evoluer.

Anexo

Disciplinas de Estratégia ou Afins nos currículos universitários portugueses no ano lectivo de 2006-2007.

UNIVERSIDADE DO MINHO

ESCOLA DE ECONOMIA E GESTÃO – Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública.

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 2º ano.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE ECONOMIA

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 3º ano; *Mulheres, Paz e Conflitos Armados*, disciplina optativa.

Mestrado em Política Internacional e Resolução dos Conflitos – *Construções Teóricas da Paz; Geopolítica da Paz e dos Conflitos; Resolução dos Conflitos no Sistema Internacional Contemporâneo*, disciplinas do 1º ano.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – Departamento de Estudos Políticos.

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais – *Estudos de Segurança*, disciplina do 3º semestre.

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (área de especialização de Relações Internacionais) – *Pensamento Estratégico*, seminário do 2º semestre.

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
– UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**

Licenciatura em Relações Internacionais – *Estratégia e Relações de Poder*, disciplina do 3º ano.

Mestrado em Relações Internacionais (Variante de Estudos do Sistema Internacional) – *Pactos Militares e Organizações de Defesa*, disciplina do 2º semestre, da área científica de *Blocos Regionais*.

Mestrado em Estratégia – O plano curricular do Mestrado tem as seguintes áreas científicas e disciplinas:

- Teoria Geral da Estratégia
 - a) Teoria Geral da Estratégia I
 - b) Teoria Geral da Estratégia II
- A Guerra como Fenómeno Social
 - a) Sociologia dos Conflitos
 - b) Sociologia Militar
- Estratégia Global
 - a) Estratégia das Potências
 - b) Grande Estratégia Nacional
- Evolução do Conceito Estratégico
 - a) Evolução do Conceito Estratégico Nacional I
 - b) Evolução do Conceito Estratégico Nacional II
- Geopolítica e Geoestratégia
 - a) Geopolítica e Geoestratégia I
 - b) Geopolítica e Geoestratégia II

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Estudos de Segurança Internacional*, disciplina optativa.

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa – *Estudos de Segurança Internacional; Polemologia; Teoria da Resolução dos Conflitos; Política de Defesa e Segurança Internacional; Política de Defesa e Segurança Europeia; Política de Defesa e Segurança Nacional*, disciplinas optativas.

UNIVERSIDADE ATLÂNTICA

Licenciatura em Relações Internacionais – *Estudos da Paz e do Conflito*, disciplina do 2º ano; *Liderança e Pensamento Estratégico*, disciplina do 3º ano.

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Departamento de Relações Internacionais.

Licenciatura em Relações Internacionais – *Defesa e Segurança Internacional*, disciplina do 2º ano; *Estratégia das Grandes Potências*, disciplinas do 3º ano.

Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais – Do plano curricular constam as seguintes cadeiras e seminários de raiz estratégica ou afim:

- a) Cadeiras – *Guerra e Paz nas Relações Internacionais; Economia, Recursos e Conflitualidade Internacional; A “Guerra Justa”: do Direito das Gentes ao Direito Internacional Contemporâneo; A Evolução do Pensamento Estratégico; Geoestratégia das Grandes Potências e Regiões Instáveis.*
- b) Seminários sobre Questões Militares – *Poder Político e Uso da Violência; O Conceito de Segurança e a sua Evolução; As Novas Formas de Guerra, o Terrorismo e a Violência sem Fronteiras; As Ameaças Não Militares à Segurança; Tendências dos Conflitos Contemporâneos; A “Revolução nas Questões Militares”; Novas Tecnologias e Inovações Estratégicas; Indústria de Armamento e Comércio de Armas; Meios Militares e Eficácia Política nos Conflitos dos Últimos 25 Anos.*
- c) Seminários sobre a Promoção da Paz – *Sistemas de Segurança Colectiva: as Nações Unidas e a Agenda para a Paz; Sistemas Regionais de Segurança; Prevenção de Conflitos e Gestão de Conflitos; As Operações de Paz – História e Novas Tendências.*

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – Departamento de Ciência Política e do Comportamento.

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – *Geoestratégia e Segurança*, disciplina do 1º semestre.

UNIVERSIDADE INDEPENDENTE

FACULDADE DE DIREITO

Licenciatura em Relações Internacionais – *Estudos Estratégicos e de Segurança*, disciplina do 3º semestre.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia*, disciplina do 2º ano; *Política de Segurança e Defesa*, disciplina do 3º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – *Estratégia e Segurança Internacional*, disciplina do 1º ano.

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Licenciatura em Relações Internacionais – *Geopolítica e Geoestratégia; Política de Segurança e Defesa*, disciplinas do 4º ano.

Mestrado em Relações Internacionais – *Estratégia e Segurança Internacional*, disciplina do 2º semestre.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais – *Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais I; Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais II*, disciplinas do 3º ano.

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D. HENRIQUE

Mestrado em Relações Internacionais – *Teoria dos Conflitos*, disciplina do 1º semestre.